



SANEAMENTO BÁSICO E PERTENCIMENTO: AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA 19 DE OUTUBRO, IVOTI/RS

Rosália Steffen¹; Carla Valeria Leonini Crivellaro²

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar as percepções acerca da relação construída entre Saneamento Básico, Justiça Ambiental e Pertencimento por estudantes do 6º Ano da Escola Estadual de Educação Básica 19 de Outubro, no município de Ivoti/RS. Para atender a este propósito, lançou-se mão de reflexões que contemplassem uma perspectiva de Educação Ambiental crítica e transformadora. Através de uma abordagem metodológica qualitativa, que mesclou atividades externas, palestras expositivas, e atividades de fixação de conteúdo, os resultados apontaram para a necessidade de incluir a Educação Ambiental como uma prática de inter-relacionamento entre o ser humano e o ambiente natural, e entre as pessoas.

Palavras-chave: Justiça Ambiental; Pertencimento; Saneamento Básico.

BASIC SANITATION AND COMMUNITY BELONGING: ENVIRONMENTAL EDUCATION ACTIONS AT SCHOOL 19 DE OUTUBRO, IVOTI / RS

ABSTRACT

The objective of this paper is to present the perceptions regarding the relationship developed between Basic Sanitation, Environmental Justice and Community Belonging by students of the 6th grade of elementary school of the State School of Basic Education "19 de Outubro", in the city of Ivoti/RS. In order to meet this purpose, reflections that contemplated a perspective of critical and transformative Environmental Education were carried out. Through a qualitative methodological approach, which merged external activities, expository lectures, and content-fixing activities, the results pointed to the need to include Environmental Education as an interrelationship practice between the human being and the natural environment, and between people itself.

Keywords: Basic Sanitation; Environmental Justice; Community Belonging.

Olhares

1 Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI). E-mail: rosaliarsrs@hotmail.com.

2 Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: carlavlcrivellaro@gmail.com.

Este artigo pretende apresentar reflexões sobre “o que é” a Educação Ambiental (EA), e sobre “o que é sentir-se pertencente a um lugar”, realizadas por meio do Projeto Saneamento Básico e Pertencimento: Ações de Educação Ambiental na Escola 19 de Outubro, Ivoti - RS.³ Análises construídas através do entrelaçamento entre a teoria e o projeto de ação desenvolvido com os estudantes do 6º Ano da Escola Estadual de Educação Básica 19 de Outubro, de Ivoti, no Rio Grande do Sul. Laços existentes entre o local de execução do projeto de ação, o tema escolhido – saneamento básico, e os lugares com que estes estudantes pertencem e se sentem (não se sentem) pertencentes.

Ideias e inquietudes que alteraram e amadureceram um novo entendimento em relação à EA por parte desta pesquisadora ao longo do projeto. O que antes era apenas uma gota de preocupação em relação à exploração e o gerenciamento dos ambientes naturais meramente, transformou-se em uma enxurrada de questionamentos e reflexões acerca dos diversos componentes que um problema ambiental envolve. A compreensão de que deve, também, fazer parte dos princípios e objetivos da EA a questão de equidade de direitos e deveres. Equidade social e econômica entre as pessoas, e entre os indivíduos e a natureza – uma questão de Justiça Ambiental. A percepção de que a EA precisa ser vista como uma costura entre o meio-ambiente e o meio-social: questões de políticas sociais, de justiça social, de participação e de poder – uma leitura de EA crítica e transformadora social.

As inquietações que trouxeram à tona este tema e a escolha do referido espaço geográfico, a Escola E.E.B. 19 de outubro, foram a possibilidade de potencializar na equipe pedagógica da escola, e em mim, pesquisadora e participante da ação, a compreensão da importância de ser um multiplicador de Educação Ambiental e de Justiça Ambiental. Da mesma forma, o projeto tinha a intenção de fomentar nos estudantes o sentimento de pertencimento aos lugares aos quais estão inseridos (escola, bairro, cidade... O Planeta), além de motivá-los para buscarem mudanças nas relações de poder e de participação social nestes lugares, afinal, o esgoto produzido na casa deles desembocava

³ Projeto desenvolvido no âmbito do Curso de Especialização em Educação Ambiental, modalidade a distância da Secretaria de Educação a Distância - Universidade Federal do Rio Grande – FURG/ Universidade Aberta do Brasil - UAB, Polo Picada Café.

nos arroios da cidade. E estes arroios “alimentam” o lençol freático de onde é extraída a água potável de Ivoti.

Todos os movimentos do projeto de ação foram permeados pela questão de qual a influência que o senso de pertencimento e o envolvimento nos processos decisórios quanto às políticas públicas de saneamento básico podem provocar na qualidade de vida dos envolvidos. O foco deste trabalho foi desenvolver ações que avaliassem e potencializassem o conhecimento dos estudantes acerca do tema saneamento básico.

Assim como objetivou fomentar a reflexão dos participantes acerca das tomadas de decisões dos problemas ambientais, nas esferas micro e macrossocial. Como objetivos específicos, buscou-se analisar a qualidade do sistema de saneamento básico da comunidade escolar; verificar os conhecimentos prévios, e os construídos ao longo do projeto em relação ao saneamento básico, e a importância de um bom sistema de saneamento básico na vida destes estudantes.

O referido projeto foi embasado sob as temáticas da EA Crítica e da Justiça Ambiental através de Philippe Pommer Layrargues, Carlos Frederico Bernardo Loureiro e Henri Acselrad, e da temática do Pertencimento através de Cláudia da Silva Cousin, Mauro Grün e Lais Mourão Sá.

Lugares e olhares: como enxergamos e sentimos os espaços onde convivemos

O bairro onde a maioria dos estudantes reside é chamado pejorativamente de Vila Seca, e pertence à cidade de Estância Velha. A vila fica à beira de uma avenida que liga Estância Velha ao município vizinho de Ivoti, e é bem movimentada. Como fica mais próxima da área urbana/central de Ivoti do que a de Estância Velha, todos os serviços básicos (saúde, transporte, educação) são usados em Ivoti.

Ambas as cidades pertencem à Região Metropolitana, na microrregião do Vale dos Sinos, importante polo couro-calçadista entre os anos de 1980 e 1990, e berço da colonização germânica no Rio Grande do Sul. Entretanto, as cidades possuem *status* social diferente. Ivoti é considerada uma ótima cidade para viver – cidade pacata - aproximadamente 22 mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2015), e sua

população sente orgulho da organização e da limpeza, considerados herança dos antepassados, além de bons índices no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) e no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Já Estância Velha possui alguns curtumes na área urbana que provocam mau cheiro durante o dia todo, além de não apresentar bons índices como a cidade vizinha, assim não apresenta *status* de boa cidade para se viver.

O bairro também apresenta duas realidades distintas: na inicial, que fica na entrada do bairro, o relevo é plano e as casas são consideradas esteticamente bonitas, quase todas totalmente de alvenaria. Ao adentrar mais, o terreno possui um declive e as residências, em sua maioria, são mais simples, mesclando madeira com alvenaria. É nesta parte baixa que os estudantes moram. É este núcleo que faz jus à alcunha de Vila Seca. Por ser uma vila nova, a regularização ambiental dos lotes não está totalmente pronta. Por isso, a infraestrutura e opções de lazer, de moradia, de emprego, e de preservação ambiental são insuficientes.

Ironicamente, a instituição de ensino que os jovens frequentam – a Escola Estadual de Educação Básica 19 de Outubro, localiza-se em uma zona valorizada da cidade de Ivoti. A escola fica defronte ao supermercado mais elitista da cidade, e é circundada por residências de classe média/classe média alta. Ela fica em uma esquina da avenida que corta a cidade (a mesma que liga à Estância Velha). Todavia, esta mesma instituição atende estes alunos com suas relações horizontais de resistência ao poder hegemônico de Estância Velha e de Ivoti que não atendem estes alunos em suas redes municipais de ensino. Até 2017, a Escola 19 de Outubro era a única com Educação Básica que não pertencia à rede municipal de educação de Ivoti. No ano de 2018 começou o processo de transição da rede estadual para a municipal, onde o Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental passa a ser municipal, e os Anos Finais continua sendo a cargo do Estado.

Em razão destas diferenças os alunos que moram na Vila Seca têm vergonha do lugar que pertencem, da questão social e econômica que convivem. Também há a sensação de inferioridade em relação à qualidade do ensino da instituição (por deficiências de recursos pedagógicos e de profissionais) em relação às outras escolas de Ivoti. Estes jovens têm vergonha

de pertencer ao bairro em que vivem, têm vergonha de pertencer à escola onde estudam. Negam este pertencimento ou aceitam com resignação os lugares a que foram destinados, assim como seus familiares resignaram-se a trabalhar em empregos que não exigem mão-de-obra qualificada ou formação acadêmica, como catadores de material reciclável, cortadores de lenha, serventes na construção civil, industriários, faxineiras.

Uma das premissas da corrente biorregionalista da Educação Ambiental, conforme Sauv  (2005, p.28) nos apresenta,   o desenvolver o sentimento de pertencimento dos indivíduos ao seu lugar. Este foi um dos objetivos do projeto de a o – fomentar nos estudantes o sentimento de pertenc a com os lugares que eles circulam/convivem. Primeiramente no seu meio local/regional - seu bairro, sua escola, para depois se enxergar a nível macro – município, Estado, país, mundo, planeta, em uma proximidade não apenas geográfica, mas também sócio-histórico-cultural, pois conforme complementa Santos *apud* Cousin (2010, p.09) “cada lugar  , ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

Concordo com Grün (2008, p.04) ao chamar a aten o de que os espaços onde nos movemos (trabalho, escola, moradia, locais de lazer) não são “desnudos de qualidades”. Os espaços são vivenciados pelo cotidiano, pela forma com que os enxergamos e usamos. Os espaços são lugares que carregam histórias, hábitos culturais, sonhos, rela oes de poder entre natureza e homem, homem e natureza. E cabe a nós, educadores ambientais, fomentarmos a (re)constru o do sentimento de pertencimento ao lugar em nossos educandos (sejam esses familiares, conhecidos, estudantes, etc), em uma  tica de responsabilidade que transpasse o entendimento de pertencimento ligado   posse/propriedade.

Acredito ser importante também a constru o de um projeto interdisciplinar de Educa o Ambiental (EA) na referida institui o, pois os temas pertinentes   problemática ambiental são trabalhados de forma isolada por iniciativa dos professores e, muitas vezes, sob a  tica da Macrotend ncia Conservacionista de EA entendida por Layrargues (2012, p.403) como uma prática de EA focada no encantamento da pessoa em rela o ao ambiente natural, unicamente. Esta concep o de EA - Macrotend ncia Conservacionista, não vislumbra as questões socioculturais e econ micas de

todos os indivíduos pertencentes ao ambiente, o qual possui simbologia complexa. Esta simbologia, por sua vez, carrega elementos de conflito e justiça social – quem tem poder para participar e decidir sobre as demandas ambientais na cidade? E na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola? Por que a temática ambiental não está institucionalizada? Acredito de que a interdisciplinaridade demanda o estabelecimento intencional de vínculos e nexos entre as disciplinas escolares, ou seja, exige dos professores/estudantes/comunidade escolar o engajamento em um trabalho cooperativo afim de construir conhecimentos mais abrangentes. E, vislumbra-se que, com o amadurecimento do trabalho interdisciplinar em EA os sujeitos envolvidos estabeleçam relações de pertencimento justo e igualitário em sua escola, bairro e cidade.

Esteriótipos de (não) poder – Justiça Ambiental e EA Crítica

Loureiro (2003, p.38) alerta que a Educação Ambiental, muitas vezes, reproduz práticas de uma educação conservadora, que propaga o ensino do consumismo desenfreado, do individualismo, da cultura do descartável e uma descontextualização com a realidade. Foi o que percebeu-se durante as ações de EA do Projeto de Ação: os alunos lembravam das doenças causadas pela falta de saneamento básico, mas quando indagados, não sabiam se algum familiar ou vizinho já contraiu alguma dessas doenças. Outro exemplo da dificuldade em relacionar a teoria com a realidade foi em relação à compreensão dos estudantes acerca dos tratamentos de água e esgoto, os serviços que compõem o saneamento básico, e sobre a hidrologia de Ivoti. Os estudantes não apresentaram muitas dificuldades nas questões gerais sobre saneamento, mas nas perguntas específicas sobre a gestão destes recursos no município de Ivoti, tiveram dificuldades. Isto porque, haviam estudado anteriormente sobre o ciclo da água, mas sem conhecer a realidade micro (municipal).

Dialogo com Grün (2008, p.04) de que a EA deve fazer uma reapropriação social dos nossos lugares, dos lugares que estes estudantes convivem, para então realizar ações práticas mais orientadas ecologicamente e que produzam uma reflexão crítica dos problemas ambientais e suas possibilidades de solução. Já Loureiro (2003, p.38) afirma que a verdadeira

Educação Ambiental Transformadora só é passível de ocorrer através da ruptura com a educação neoliberal que impõem e solidifica, às vezes de forma subjetiva (em ações de assistencialismo, por exemplo), atitudes e pensamentos de uma cultura alienante e excludente, que não considera as especificidades histórico-sociais na relação sociedade- natureza.

Para Loureiro (2003, p.40), é preciso implementar a Educação Ambiental em todos os âmbitos, ao invés de aprisioná-la entre os muros escolares como mera disciplina escolar. Conforme o pensamento marxista trazido pelo estudioso, é necessário haver a junção entre teoria e ação (práxis). Uma práxis que reflita criticamente o capitalismo que impõem, aliena e exclui. Uma práxis que exerça a reflexão e ação no combate a essa exclusão socioeconômica, e promova a compreensão de que não se pode construir uma sociedade que afirma-se integrante da natureza, sem relacionar as suas especificidades histórico-culturais.

Layrargues (2012, p.408) vai além e afirma que é necessário criar projetos político-pedagógicos que unam/relacionem a Educação Ambiental ao Social. Projetos que sejam capazes de dialogar sobre políticas sociais, conflitos sociais, justiça social, participação e poder. A educação crítica é um processo de transformação que ocorre no indivíduo e na sociedade, simultaneamente, e não mera transmissão de comportamentos ecologicamente corretos. Ela estimula a geração de lideranças, e da autoestima de estudantes, professores e comunidade envolvida ao articular os conhecimentos acadêmicos aos saberes populares. Trabalha com a afetividade e o sentimento de pertencimento a uma coletividade que respeita a si e ao outro, sendo este outro – uma outra pessoa ou a natureza.

A EA Crítica e Transformadora problematiza a teoria e a prática na/da Educação Formal e Informal com o objetivo de: promover uma justiça ambiental/social; promover a afetividade, o respeito entre os indivíduos, entre a sociedade e a natureza; promover ações e reflexões sobre a crise ambiental (social) em todas as esferas educacionais; valorizar as singularidades de cada sujeito no conjunto de especificidades da sociedade. Por fim, o objetivo é promover o diálogo crítico entre as pessoas de forma que ambas aprendam umas com as outras, que saibam valorizar este conhecimento produzido em conjunto – entre o eu, o outro e o ambiente em que estamos inseridos.

Equidade socioambiental sob a ótica das Políticas Públicas

A legislação ambiental no Brasil com visão de integrar o meio socioeconômico e o meio cultural à concepção de meio-ambiente é recente. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi institucionalizada em 1999, e pode ser considerada como um marco na mudança da concepção conservacionista que era a majoritária nas leis até aquela data.

Ao balizar como essencial para a construção e gestão de Educação Ambiental os princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade (artigo V), este texto faz menção (sem explicitar) às prerrogativas da Corrente Crítica na/da Educação Ambiental. Ela institucionaliza a liberdade de todos os atores (toda a sociedade) poderem expor suas ideias acerca dos direitos e deveres com a sustentabilidade ambiental (igualdade e responsabilidade). Direitos e deveres nas relações com os recursos naturais, das relações de poder e consumo - quem decide o que e como proteger, utilizar e tomar posse, nas relações entre os sujeitos.

Seguindo as premissas da PNEA, em 2012, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Estas diretrizes servem como norteamento do trabalho pedagógico das instituições de Educação Básica e Superior, sejam públicas ou privadas, de todo o país. Seus objetivos alinham-se à perspectiva crítica de Educação Ambiental ao buscar fomentar a reflexão crítica e a inserção da Educação Ambiental em todo o processo de gestão e do processo pedagógico das instituições de ensino, ao invés de (apenas) tratá-la como disciplina curricular.

A Educação Ambiental neste documento é compreendida como uma atividade não passível de neutralidade, pois envolve visões de mundo e concepções de moral e ética definidas. Essas concepções defendem a responsabilidade de todos, sujeitos e sociedade acerca dos desafios ambientais, seja no âmbito micro (local e regional) e macro (nacional e global). Defende-se também, a valorização dos saberes das comunidades tradicionais pertencentes ao meio analisado (como por exemplo comunidades do entorno de uma unidade de conservação ambiental, de uma praça, etc.).

Já em uma perspectiva biorregional, observa-se com esperança para as atividades descritas no Plano Municipal Simplificado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de Ivoti (PMSGRS de Ivoti), o qual visa, através do Centro de Educação Ambiental do Município de Ivoti (CEAMI), incentivar a população e o setor empresarial acerca do consumo consciente de bens/serviços e recursos naturais. Ações que são benéficas ao equilíbrio social e ambiental mundiais, e estão de acordo com os pressupostos descritos no Art.7 dos Objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em seu inciso III: “estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços”, e com o Art.5 da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) inciso IV: “o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania”.

Todavia, observa-se com preocupação, que não há no PMSGRS de Ivoti nenhum objetivo/meta que atente-se para “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”, estando assim, descolado do que encontra-se no inciso II do Art.4 da PNEA, e com o inciso IX do Art.6 da PNRS que trata do “respeito às diversidades locais e regionais”. Estas lacunas são duas das grandes problemáticas que visualizo em Ivoti, no tange à consciência ambiental de seus munícipes e do Poder Público Municipal: a falta de planejamento no “hoje” para o “amanhã” acerca de seus recursos naturais, como por exemplo, o sistema hidrológico em relação às atividades agropastoris e industriais. E a desvalorização do sujeito, quando por exemplo, moradores de loteamentos populares ou de áreas sem infraestrutura de saneamento básico sofrem preconceito pelos moradores de outras regiões da cidade com apelidos ou expressões como “mora na vila sapo”, “no lixão”.

Educação Ambiental *versus* realidade educacional: ações e resultados de práticas de EA

A primeira atividade desenvolvida foi a de identificar a estrutura das residências (se possuem fossa séptica ou sumidouro), além de informações epidemiológicas do grupo familiar, através de coleta de dados quantitativos via

questionário. Esta coleta de dados ocorreu durante o final de abril e a primeira quinzena de Maio de 2017. A partir dos dados obtidos foi possível mensurar a probabilidade de problemas de saneamento básico nas moradias e/ou entornos dos estudantes.

Na primeira aula do projeto, foram reapresentados os três vídeos sobre como funciona o saneamento básico e as consequências da falta de tratamento adequado da água e do esgoto. Também foi apresentado um *Power Point* explicando o que é saneamento básico, qual a sua importância, dados acerca de saneamento no Brasil, no Rio Grande do Sul, e no município de Ivoti. Também constou explicações sobre o ciclo da água; as formas de captação, dentre elas, a captação através de poços artesianos/tubulares, que é o modelo adotado em Ivoti; além do modelo de tratamento do esgoto sanitário na cidade de Ivoti, que é através do conjunto de fossa séptica + filtro + sumidouro. Os estudantes relataram que haviam estudado sobre o ciclo da água e sobre as estações de tratamento de água (ETA's) e estações de tratamento de esgoto (ETE's), mas quando os recursos hídricos são oriundos de rios.

Foram executadas duas entrevistas com vizinhos dos alunos e seus pais. A primeira entrevista tratava da questão histórica/cronológica da qualidade das fontes de água e dados epidemiológicos. Já a segunda pesquisa focava a percepção sobre o saneamento básico e suas implicações nos conflitos ambientais enfrentados na realidade da Vila Seca – local onde a maioria dos estudantes mora. Os alunos precisavam colher o relato de vizinhos de arroios/sangas localizados nos bairros e fotografar as fontes de água que encontrassem. A pesquisadora acompanhou os alunos até à vila, para fotografar possíveis problemas de esgoto a céu aberto, as fontes de água da localidade, além dos serviços de saneamento básico disponíveis para aquela comunidade

Foram realizados registros fotográficos dos locais onde corre o esgoto a céu aberto e também da tubulação recentemente instalada em parte da vila. Também foi conversado com um casal de moradores do local, os quais afirmaram serem os primeiros moradores do local. Este casal relatou as dificuldades encontradas pelos moradores em razão da falta de atenção do governo municipal às *reivindicações* da comunidade. Expressaram também a vontade de pertencer legalmente à Ivoti, pelo *status* de ofertar boa qualidade

de vida ante Estância Velha. Esta vontade de pertencer a Ivoti vai de encontro ao sentimento de “não-pertencimento” dos moradores têm em relação ao município, e em parte, da vila.

Na última aula do projeto, foi iniciada a montagem das maquetes de ETE e ETA para a Feira de Ciências da escola. Também havia a programação de montar um painel/mural de TNT com os registros fotográficos da Vila Seca e dizeres elaborados pelos alunos, acerca do tema saneamento básico em Ivoti. Como o calendário letivo estava findando, alguns estudantes demonstraram-se um pouco desinteressados em concluir a montagem das maquetes e dos outros materiais para a Feira de Ciências, pois a Feira ainda estava sem data definida. Esta desmotivação prejudicou o andamento da atividade, pois os mesmos estavam dispersos, e não colaboravam com os colegas que estavam compenetrados na tarefa. Assim, a maquete de ETA foi montada parcialmente. Mesmo assim, os alunos surpreenderam-se com a efetividade do filtro confeccionado – itens da natureza (brita/cascalho, carvão vegetal e areia) e algodão filtraram a água terrosa que representou as águas cinzas oriundas de domicílios. Expressões como “*nossa isso aí, sem máquina nenhuma filtrou [a água suja]?*”, “*Assim que funciona nas estações de verdade, né, mas são caixas enormes pela quantidade que se produz de esgoto.*”

Como Rosa (2005, p.281) nos descreve, a tarefa de executar uma ação de Educação Ambiental, no contexto escolar, deveria ser um processo de ensino-aprendizagem onde os envolvidos protagonizariam o processo de transformação socioambiental dos seus lugares de convívio, adotando uma postura crítica e pró-ativa na busca por soluções para seus conflitos ambientais.

Resultados

As atividades foram sendo tecidas com o aval da equipe diretiva da escola, buscando contemplar os conteúdos de Ciências Naturais das turmas multisseriadas de 6º ao 9º Ano, em sintonia com o tema do Projeto. Também planejava-se motivar todos os professores da escola para incluir a EA em um currículo multidisciplinar e transdisciplinar no PPP. Contudo, os problemas burocráticos ocorridos, além da desmotivação vivenciada pelos estudantes e pelos próprios professores, inviabilizaram estes objetivos.

Todavia, a possibilidade de conhecer um pouco a realidade local onde os alunos residem, saber um pouco mais da vida familiar de algumas das crianças, foi marcante. O esgoto que percorre a “sanga” da vila advém, conforme relato do morador entrevistado, de um loteamento de Ivoti. Na verdade, de um condomínio residencial de classe média/média-alta. É o que Ascelrad (2005, p.223) nos traz ao comentar sobre um movimento de Justiça Ambiental surgido nos Estados Unidos, onde a classe dominante não queria sofrer com as consequências/problemas ambientais causados por eles mesmos – “*not in my backyard*” (não no meu quintal), mas sim, no quintal dos pobres. Os moradores desta vila estavam sofrendo as consequências por um ato (irresponsável?) de indivíduos não pertencentes ao seu bairro/ sua localidade.

Ao findar o projeto, percebeu-se de que o “aprendizado” mais importante que este trabalho deveria oportunizar a estes estudantes e seus familiares não seria a conceituação e a importância do saneamento básico. Também não seria a necessidade de saber os níveis percentuais de saneamento básico. Conforme Sá (2005, p.253-254) destaca, buscou-se considerar a diversidade das experiências de mundo dos alunos, a compreensão deles em relação às diferenças de poder existentes, e a possibilidade de refletirem sobre regras de mútua convivência. Buscou-se, também, oportunizar a estes alunos a construção de uma consciência crítica que os encoraje a participar da busca por soluções justas e sustentáveis dos conflitos ambientais por eles enfrentados. Como menciona Ascelrad (2005, p.220-221), os riscos ambientais são desigualmente atribuídos/cobrados dos grupos sociais. Degradação ambiental e exploração dos recursos naturais são analisados de forma diferenciada, prevalecendo as necessidades dos que detém o poder decisório.

Havia outros dois ensejos inclusos neste projeto de ação. Um era incentivar os estudantes e comunidade para exigirem dos órgãos competentes a melhoria do serviço de saneamento da vila. Uma das etapas estava começando (o encanamento para o esgoto domiciliar). O outro intento era iniciar uma mobilização a nível municipal sobre a conservação dos arroios e do solo ivotiense. Levar ao conhecimento popular a urgência de modificar hábitos de uso destes recursos naturais que estão prejudicando a qualidade da água capturada para o sistema de abastecimento, e a quantidade disponível. Há na

cidade a propaganda que a qualidade da água é ótima e infundável, o que não é correto.

Todavia, a falta de tempo para executar ações práticas, e a dificuldade em envolver a participação de todos (equipe docente, estudantes, familiares) é árdua e, em alguns casos como o deste projeto, esbarra em empecilhos externos. Contudo, Rosa (2005, p.278-279) nos faz compreender de que não é uma ação isolada que conseguirá motivar os sujeitos para se envolverem nas demandas ambientais enfrentadas em seus lugares. O autor enfatiza que,

Em um contexto educativo, a estratégia de promover ações para a resolução de problemas socioambientais precisa ser concebida como meio e não um fim em si. Considerando que a “matéria-prima” e o “produto” da educação são as pessoas, em um trabalho educacional a meta principal não pode ser a tentativa de resolver um determinado problema, mas sim, tomar essa tentativa como uma oportunidade de fortalecer a capacidade das pessoas para resolverem este e outros problemas.

Conclusões ou inconclusões

Meu entendimento sobre a EA foi alterando-se e amadurecendo ao longo desta especialização. Antes a preocupação resumia-se à preocupação em relação à exploração e o gerenciamento dos recursos naturais. As reflexões teóricas ampliaram os questionamentos acerca dos diversos componentes que um problema ambiental envolve. Compreendi que a EA não (deve) tratar unicamente da preservação da natureza. Deve, também, fazer parte de seus princípios e objetivos a questão de equidade de direitos e deveres. Equidade social e econômica entre as pessoas, e entre as pessoas e o ambiente natural – Justiça Ambiental. Acselrad (2005, p. 223-224) ao explicitar sobre a categoria de Justiça Ambiental argumenta que é necessário fomentar a

[...] constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

Compreendi que é primordial disponibilizar espaço para o debate dos conflitos ambientais para os diferentes grupos socioeconômicos. Participação essa que só é possível ocorrer, conforme argumenta Loureiro (2004, p. 39), ao

reconhecemos a relação intrínseca de todas as dimensões que envolvam o debate ambiental, e nisso não se engloba apenas o embasamento político e social, mas também, cultural e econômico.

Reconhecer os malefícios que o consumismo desenfreado acarreta para o ambiente, seja esgotando os recursos naturais e/ou estimulando as desigualdades sociais, é o primeiro passo para a reflexão dialética e posterior transformação da sociedade e a forma do homem enxergar-se no ambiente. Depois, é salutar compreender que para construir uma Educação Ambiental emancipatória é preciso desfazer-se do extremismo de achar que as ideias das Correntes Pragmática e Conservacionista são totalmente incorretas. Elas apresentam objetivos distintos, mas que podem-se complementar. Por isso, deve-se procurar desenvolver uma Educação Ambiental crítica, capaz de dialogar com os diferentes atores/grupos.

Toda ação é um ato político. Toda prática de Educação Ambiental é/será baseada e influenciada por ideais teóricos, implícitos ou não, nos discursos e ações individuais ou grupais. E os resultados gerados por essas escolhas ideológicas transformam-se, muitas vezes, em meros dados quantitativos e/ou mudanças superficiais em relação ao poder decisório sobre os conflitos ambientais. Elenco como dados quantitativos e mudanças superficiais ações desenvolvidas por órgãos públicos, principalmente junto a unidades de preservação ambiental e escolas, como atividades no dia ou na Semana do Meio-Ambiente: panfletagem, recolhimento de lixo em praças/córregos. Palavras e atitudes que durante os demais 364 dias são esquecidos ou renegados por não fazerem parte dos hábitos, da cultura dos indivíduos envolvidos por essas ações vindas "de fora".

Concordo com Sá (2005, p. 248) de que

A noção de pertencimento que aparece nos discursos e práticas de Educação Ambiental não é um conceito que já se encontre formal e racionalmente definido, do qual seja possível identificar uma nítida trajetória. Pelo contrário, trata-se de uma noção fluida e escorregadia, utilizada quase sempre de modo superficial e ingênuo.

Considero como sentimento de pertencimento a conscientização da relação interdependente entre o "eu" e o "outro", isto é, entre os homens, e entre o ser humano e a natureza, sem ignorar as especificidades históricas de

cada indivíduo. Exige conhecer e saber usufruir do conhecimento técnico para construir um ambiente ecologicamente mais sustentável. Compreendo como empoderamento popular o fomento efetuado pelo educador ambiental (seja ele um professor, ativista de ONG, etc.) para que os excluídos das tomadas de decisão possam apontar os problemas ambientais de seu entorno, de seu meio, elaborando coletivamente propostas que visem a transformação da realidade e das condições de vida, reconstruindo uma sociedade que seja socialmente justa e ecologicamente mais equilibrada.

Refleti e percebi, ao longo desta Especialização, que as camadas mais populares sofrem os maiores prejuízos em todas as esferas da vida (econômica, social, ambiental, de saúde pública). Muitas vezes, as decisões são tomadas por um grupo muito pequeno de sujeitos que definem como/onde/quando serão resolvidos os problemas (socio)ambientais. Estes indivíduos, escolhidos para serem representantes da sociedade em geral, definem, por exemplo, os locais onde serão estabelecidas as ETE's, as ETA's, os lixões, as indústrias/distritos industriais (mais "poluidoras"), os "loteamentos populares" (ou bairros de moradia popular), as áreas verdes que serão conservadas...etc.

Entretanto, como tornar a discussão destes conflitos ambientais numa proposição "dialética" onde os diferentes grupos (ambientalistas, empresários, políticos, movimentos populares, etc) construam soluções que beneficiem a todos, sem exclusão? Como tratar/trabalhar as diversas questões sociais/ambientais/econômicas/culturais existentes em nosso país de forma efetiva, não ficando inerte apenas no campo ideológico-político? Mota (2016, p.04) em seu texto nos sinaliza que faz-se necessário refletir e agir em relação ao "cenário de degradação planetária e civilizatória" que enfrentamos atualmente, de forma crítica/consciente. Qual a importância de nossas tomadas de decisão, dos valores que internalizamos na qualidade de vida planetária?

Estes valores internalizados sofreram influência pelas "banalizações dos problemas socioambientais" mitigados pela mídia, pelos grupos que detêm o poder? Será que a necessidade de lucro e de gerar empregos demandados por determinados setores industriais são mais prioritários do que a preservação do bioma da região a ser explorada e a saúde dos moradores atingidos? Fica a tarefa para nós, educadores ambientais, de conseguir articular ideias que

promovam uma sociedade mais igualitária e justa.

Referências

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental: Narrativas de resistência ao risco social ampliado. In: **Encontro e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 217 – 228.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Brasília, 2010.

COUSIN, Cláudia da Silva. **Pertencimento Ambiental**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, FURG/SeaD, 2010. 10p.

GRÜN, Mauro. A importância dos lugares na Educação Ambiental. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, volume especial, dez. 2008. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3384/2030>>. Acesso em 23 ago., 2017.

LAYRARGUES, Philippe Pommer. Para onde vai a Educação Ambiental? O Cenário político-pedagógico da Educação Ambiental Brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. In: **Revista Contemporânea Educação N° 14** – agosto/dezembro de 2012.

LOUREIRO, Carlos F.B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. In: **Revista Ambiente e Educação**. Rio Grande – 2003. p. 37-57.

LOUREIRO, Carlos F.B. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. Cortez, 2004, 150 páginas.

IVOTI. **Plano Municipal Saneamento Básico**. Ivoti: 2014. 75p. Disponível em: http://portal.sysnova.com.br/s_s/37/UserFiles/EditorFiles/PMSB.pdf. Acesso em: 08 abri. 2017.

IVOTI. **Plano Municipal Simplificado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**. Ivoti: 2014. 75p. Disponível em: <http://portal.sysnova.com.br/s_s/37/UserFiles/EditorFiles/PMSGRS.pdf>. Acesso em: 08 abri. 2017.

MOTA, Junior Cesar. Educação ambiental estética como uma ferramenta à (re)significação do ser-sensível. **Anais do IV Seminário Interfaces Pedagógicas: Licenciaturas em diálogo**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 22-24 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.uab.furg.br/pluginfile.php/75715/mod_resource/content/1/EA%20est%C3%A9tica%20-%20Junior.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

ROSA, Antônio Vitor. Projetos em Educação Ambiental. In: FERRARO Jr., Luis Antônio (org). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005, v. 2, p. 273-287.

SÁ, Lais Mourão. Pertencimento. In: **Encontro e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 247-256.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina Moura (Org.). **Educação ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.17-46.